Aos 03 (três) dias do mês de setembro de 1993 (mil novecentos e noventa e três), às 9(nove) horas e 30(trinta) minutos, realizou-se na Sala de Reuniões, mais uma sessão ordinária - do Conselho de Centro, sob a presidência do Senhor Diretor, Professor René Barreira, contando com a presença dos Senhores Conselheiros: Maria Elias Soares, Vice-Diretora do Centro; Sebastião Teoberto Mourão Landim e Ana Maria Pereira do Rêgo Monteiro, Chefe e representante do Departamento de Literatura; Maria de Jesus de Sá Correia, Chefe do Departamento de Letras Vernáculas; Débora Cândida Dias Soares e Carlos Alberto de Souza, Chefe e representante do Departamento de Letras Estrangeiras; Maria Gercileni Campos de Araújo e Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Subchefe e suplente de representante do Departamento de Psicologia; Francisca Simão de Souza, Chefe do Departamento de História; Adelaide Maria Gonçalves Pereira, representante do Departamento de História; **Francisca Núbia Nogueira**, Coordenadora do Curso de Letras; Glória Maria dos Santos Diógenes, Coordenadora do Curso de Ciências Sociais; Francisco de Assis Santos de Oliveira, Coordenador do Curso de História; Elza Maria Franco Braga, Vice-Coordenadora do Curso de Mestrado em Sociologia; Maria Dulce Sousa Castelo, Coordenadora Geral das Casas de Cultura Estrangeira. A convite do Diretor do Centro compareceram à reunião as Professoras Maria Sulamita de Almeida Vieira e Ana Maria Tavares Simões representantes do Centro de Humanidades junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Havendo quorum, o Professor René Barreira deu início à reunião.

PRIMEIRA MATÉRIA: Anteprojeto de Reestruturação da Coordenadoria das Casas de Cultura Estrangeira. O Professor René Barreira ressaltou a importância desta reunião pela apreciação da matéria a seguir. Salientou ainda seu propósito, na qualidade de Diretor do Centro, de fazer gestões junto ao Magnífico Reitor para incluir na próxima reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), referida matéria, no sentido de que a renovação dos atuais mandatos da Coordenadoria Geral, das Casas de Cultura e do Curso de Esperanto seja realizada de acordo com a nova Resolução. A seguir deu a palavra à relatora do processo, Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia, que fez a leitura do seu parecer, a ser transcrito, tendo sugerido algumas alterações na forma do documento: "Designada pelo Presidente deste Conselho para atuar como Relatora do Anteprojeto de Reestruturação da Coordenadoria das Casas de Cultura Estrangeira e do Curso de Esperanto da Universidade Federal do Ceará e, preocupada em ser didática para faci

colegiado departamental, mas não podem ser votados, o que aponta para uma ruptura da regra geral. Vivem as Casas de Cultura, a singular situação de ora se assemelharem a unidades curriculares, ora a Coordenações de Cursos, mas não são, no entanto, nem uma coisa nem outra, posto, como já colocamos, constituem um segmento ímpar na estrutura da UFC. O ideal seria que estivéssemos discutindo agora, a criação do Departamento de Ensino de 1º e 2º Graus do Centro de Humanidades, mas isto implica numa alteração do Estatuto e do Regimento Geral da UFC, que sabemos levará muito tempo para ser feito pois que depende da vontade política, principalmente dos que dirigem esta instituição. É uma aspiração política, e como tal deve ser perseguida a trabalhada diuturnamente. Podemos então nos indagar sobre quais são as vantagens reais de se criar uma Coordenadoria e não, por exemplo, um órgão suplementar, que seria a outra hipótese possível dentro da atual estrutura da UFC, conforme o Art. 8º do nosso Estatuto. Os órgãos suplementares são setores que têm por finalidade emprestar apoio às atividades científico-culturais desenvolvidas pelos demais segmentos da UFC, não se enquadram, portanto, as Casas de Cultura, neste conceito, posto que executam atividades de Ensino e de Pesquisa, e já são, na essência, uma prática de serviço de extensão. Para além disso, perderia o Centro de Humanidades o seu mais expressivo permanente programa de ensino de extensão, e ainda assim, não estaríamos resolvendo satisfatoriamente a situação de indefinição que ora constatamos existir. Considerando o que foi exposto, estou convencida de que, criar a Coordenadoria ora proposta, é a alternativa mais oportuna e que melhor assegura a definição da instância encarregada do fazer e do planejar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a nível de 1º e 2º Graus, na UFC. Sou, portanto de Parecer favorável. No entanto, existem questões de forma e de conteúdo no texto do Anteprojeto que ora analisamos que merecem ser discutidas. Por exemplo: Art. 3º alínea d - Parece-me que estabelece a representação docente no colegiado da Coordenadoria a partir das classes funcionais segmenta de forma imprópria o caráter de representação. Proporia para discussão uma representação por casa, considerando a proporcionalidade. Por exemplo, para cada dez professores por Casa, um representante, assegurando-se desta forma melhor grau de representatividade docente. A alínea e do mesmo artigo deve explicitar a forma e a condução do processo de escolha do representante dos servidores técnico-administrativos. Embora não concorde com a forma de escolha do Coordenador Geral, explicitada no Art. 4º, reconheço que seria impossível, à luz da legislação vigente, proceder-se de outra forma, visto que somente para a função de Chefe de Departamento é possível a realização de eleições diretas no âmbito da UFC. No caput do Art. 5º, foi esquecido o Curso de Esperanto. Ainda no mesmo artigo, na

membros do referido colegiado. Na alínea i não fica claro se o curso será anulado ou apenas a turma que não alcançar matrícula de dez alunos. Na alínea l o pronome "seu" gera uma ambigüidade sobre quem deverá ser aperfeiçoado, se os componentes do colegiado, ou se todos os docentes das Casas. No Caput do Art. 6º novamente foi esquecido o Curso de Esperanto. Senti falta, ainda neste artigo, de uma alínea que assegure um melhor entrosamento das Casas com os Departamentos e a Coordenação do Curso de Letras. Na alínea g do mesmo artigo a redação ficaria melhor se fosse alterada a ordem. Primeiro submete à apreciação para depois divulgar o calendário. O Art. 8º além do mesmo parecer deslocado no texto, contém a expressão "em princípio" que sugere ser possível, por exemplo, atuar no 3º grau, o que sabemos ser impossível. O Art. 9º estabelece a figura do Coordenador de cada Casa. Sugerimos que seja criada também a figura do Vice-Coordenador. O Art. 10, da forma como está, admite que o Curso de Esperanto desenvolverá "atividades de difusão cultural relacionadas com a língua, a literatura e a cultura do país de origem" quando de fato, isto é impossível visto que o Esperanto é uma língua sem pátria e não reflete de "per si" a cultura acumulada de nenhum povo. E finalmente, quanto ao Art. 11 ao descrever as atividades das Casas de Cultura deve relacionar também os cursos especiais. Fortaleza, 03 de setembro de 1993.

Profª Maria de Jesus de Sá Correia - Relatora. Finda a leitura o Professor René Barreira agradeceu a contribuição da Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia e colocou a matéria em discussão. A primeira Conselheira a manifestar-se foi a Professora Adelaide Gonçalves que teceu elogios ao parecer da relatora, mas levantou algumas dúvidas e discordâncias objetivando a melhoria da proposta: Art. 5º - discordou da forma como foi colocada a questão da avaliação. Art. 6º: pediu esclarecimento sobre o porquê de se estabelecer relação com a CCV, tendo ainda apresentado suas dúvidas com relação as letras i e f do artigo 5º. Indagou o motivo de a Pró-Reitoria de Extensão estar presente no documento. A seguir a Conselheira Débora Soares apresentou os seguintes documentos: Após examinar o projeto de Resolução que dispõe sobre a Constituição da Coordenadoria das Casas de Cultura e do Curso de Esperanto, a Comissão designada pela Chefe do Departamento para emitir parecer sobre tal documento, tomando como base o Estatuto e Regimento Geral da UFC, faz as seguintes observações: I - Quanto à própria condição do órgão que se pretende criar. 1) A Resolução, em seu Artigo 2º, o define como "órgão técnico administrativo", o que nos leva a identificá-lo com os órgãos suplementares previstos no Artigo 8º do Estatuto. A Coordenadoria das Casas de Cultura, no entanto, vincular-se-ia à Diretoria do Centro de Humanidades, diferenciando-se, assim, dos órgãos suplementares que, ainda, segundo o mesmo artigo do Estatuto, vinculam-se à Reitoria.

tanto, a representação estudantil, o que nos parece razoável, tendo em vista que a população discente das Casas de Cultura é flutuante e mantém vínculos por demais tênues com aquelas unidades. 3) Acrescentou-se, ainda, que o Artigo 8º da Resolução define as Casas de Cultura como "unidades básicas de ensino, pesquisa e extensão", o que, de acordo com o Estatuto (Artigo 33 - Caput e § 1º), é a definição de Departamento. A Coordenadoria seria, deste modo uma espécie de "Faculdade" com as Casas de Cultura funcionando como Departamentos, mas com um dado complicador: uma "Faculdade de 1º e 2º Graus", vinculada ao Centro de Humanidades. Conclui-se, assim, que a própria Resolução deixa indefinido, ou define de maneira contraditória, o órgão por ela criado. II - Quanto à definição das Casas de Cultura: 1) A concepção das Casas de Cultura, tal como formulada no Artigo 8º, sugere: - a fragmentação dos Departamentos de Letras Estrangeiras, Letras Vernáculas ou de Literatura, já que propõe para aqueles órgãos as mesmas atividades destas unidades, sendo que a nível de 1º e 2º Graus. Esta sub-divisão ou dispersão dos estudos iria contra o parágrafo 1º do Artigo 33 do Estatuto, que diz: "O Departamento, definido como a menor fração da estrutura universitária, não poderá dividir-se em setores que lhe dispersem os estudos e lhe comprometam a unidade." ou - a criação de "departamentos" de 1º e 2º Graus, desmembrados dos Departamentos existentes, compondo uma Coordenadoria ("Faculdade"). Isto contraria o Estatuto em seu Artigo 36 que dispõe: "... na criação ou reestruturação dos departamentos..." serão observados os requisitos: (...) b. o número de docentes não inferior a 20; c. não-duplicação de recursos materiais e humanos. Quanto ao número de docentes para constituir "unidade básica de ensino, pesquisa e extensão", de todas as Casas de Cultura, apenas a Britânica preencheria o requisito. O item c também seria desobedecido, pois a criação destas unidades envolveria duplicação de recursos. 2) As funções propostas na Resolução para as Casas de Cultura são atividades de ensino, pesquisa e extensão. Quando o Estatuto da UFC menciona ensino, refere-se a ensino de 3º grau, isto é, graduação e pós-graduação. Os docentes das Casas de Cultura são professores de 1º e 2º graus, não credenciados, portanto, a ministrar aulas de 3º grau. O que podem fazer é ensino de extensão. Pelos motivos expostos, a Comissão signatária deste parecer sugere a não - aprovação da Resolução nos termos em que está expressa. Fortaleza, 25 de agosto de 1993. Euterpe Barreto Rosa de Sousa, Francisco Sales de Souza, Raimundo Benício Filho e Teresa Maria Frota Bezerra.

Relato da Análise de Anteprojeto de Resolução que cria a Coordenadoria das Casas de Cultura Estrangeiras - O Departamento de Letras Estrangeiras reagiu ao anteprojeto com espanto e surpresa pois o documento chegou às nossas mãos em um momento em que um grande número de atividades vêm sendo realizadas em conjunto, tais como o "Seminário sobre o Fnsi-

Cultura; a Feira de Ciências, Tecnologia, Saúde e Educação, na qual foi realizado um painel, intitulado "O Ensino de Línguas e o Desenvolvimento Cultural do Município", com a participação das Chefes dos Departamentos de Letras Vernáculas e Estrangeiras e as Coordenadoras do Curso de Letras e das Casas de Cultura Estrangeiras e cuja oferta de Cursos e Serviços (VER "folder" do evento) foi feita para ser executada em conjunto. Ainda em fase de maturação, há também a idéia de um seminário com órgãos da comunidade, aos quais podem ser prestados serviços na área de línguas estrangeiras, cujos resultados influirão e poderão nortear a política de ensino de língua estrangeira na UFC e, quem sabe, nas escolas municipais e estaduais. Não obstante, o anteprojeto e o parecer emitido por uma comissão composta por professores de inglês, francês, italiano e alemão foram apreciados pelos professores do Departamento de Letras Estrangeiras e o resultado é o que se segue: Os professores concordam com o parecer emitido pela comissão (ver parecer anexo) e acrescentam que, para a Área de Letras e, particularmente, a de Letras Estrangeiras, separar significa enfraquecer. Alguns exemplos foram citados, como a concessão dos créditos de língua estrangeira I e II, na graduação, aos portadores de certificados das Casas de Cultura, que poderá ser suspensa se o certificado for equiparado ao de qualquer outro emitido por instituições de 1º e 2º Grau; a exclusão dos professores de 1º e 2º Grau das atividades restritas aos de 3º grau e vice-versa; e a própria estratégia para uma política de ensino de língua estrangeira na escola pública. Os professores do Departamento sugerem, portanto, que os professores de 1º e 2º graus **continuem** lotados no Departamento de Letras Estrangeiras e que seja feita uma revisão na representação. No entanto, se os professores das Casas de Cultura insistirem na separação, o Departamento de Letras Estrangeiras sugere que seja feita através da transformação da Coordenação Geral em órgão suplementar, subordinado à Reitoria. O Departamento também achou conveniente o pronunciamento da Procuradoria Geral da UFC vez que se trata de assunto de sua esfera de atuação. Fortaleza, 02 de setembro de 1993. Débora Cândida Dias Soares, Chefe do Departamento. Dando continuidade à reunião, a Conselheira Dulce Castelo, na qualidade de Coordenadora Geral das Casas de Cultura enalteceu o parecer fundamentado da Conselheira Maria de Jesus Sá Correia, tendo feito algumas considerações sobre a Estrutura das Casas de Cultura Estrangeira e sua relação com os Departamentos, ressaltando aspectos ambíguos que acarretam problemas. Comentando o parecer do Departamento de Letras Estrangeiras a Conselheira Dulce Castelo informou que os professores das Casas de Cultura não foram convidados a participar das discussões do documento e reportou-se ao artigo 222 do Regimento da Universidade que deixa abertura para a criação da Coordenadoria das Casas de Cultura. Quanto ao problema da representatividade estudantil disse não ser possível

Dulce Castelo que para a redação do documento ora analisado o grupo recorreu ao Professor Viliberto Cavalcante Porto, Assessor de Legislação da Universidade. Afirmou ser difícil definir o nível de ensino ofertado pelas Casas de Cultura, tendo em vista a diversificação de seus cursos e o tipo de clientela. Ao mesmo tempo em que recebe alunos do 2º grau, oferta cursos somente para professores da UFC e pós-graduandos. O pré-requisito para os seus cursos básicos é o término do 1º grau. Em seguida, a Conselheira Dulce Castelo reportou-se à luta histórica do quadro de professores do 2º grau em participar da universidade evitando a marginalização em que viviam quando não participavam sequer dos órgãos colegiados. Houve momentos que, em decorrência da situação híbrida, chegaram a perder três vagas e até foram ameaçados de extinção do quadro. Finalizando, a Conselheira Dulce Castelo afirmou que a Coordenação Geral das Casas de Cultura responde pela parte pedagógica, critérios de seleção, calendário sendo que a Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) apenas administra a seleção. Em seguida a Conselheira Ana Maria Tavares Simões representante do Centro de Humanidades junto ao CEPE deu seu testemunho das dificuldades enfrentadas pela classe ao longo da sua história e afirmou sentir-se feliz com o parecer do Departamento de Letras Estrangeiras quando diz que "dividir é enfraquecer". Considerou que não podia perdurar a situação ambígua das Casas de Cultura. Ressaltou o desempenho da Coordenadora Geral, Professora Dulce Castelo no resgate do papel e da função das Casas de Cultura. Prosseguindo a reunião a Conselheira Glória Diógenes salientou no parecer da Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia, o compromisso ético que quebra a idéia de corporativismo, espírito que deverá prevalecer neste Conselho. Como ex-aluna das Casas de Cultura considerou que além do compromisso e da competência dos professores, a pesquisa também existe, daí discordar da posição do Departamento de Letras Estrangeiras, baseado apenas na legalidade. Admitiu que este Departamento deveria ser o primeiro a apoiar a pretensão das Casas de Cultura. A Conselheira Sulamita Vieira pediu a palavra e elogiou o parecer criterioso da Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia, tendo discordado do parecer do Departamento de Letras Estrangeiras, considerando que a criação da coordenação não elimina a possibilidade de um trabalho articulado como sugeriu o Departamento de Letras Estrangeiras. Argumentou, que na realidade o que se pretendia era definir a posição das Casas de Cultura no organograma da UFC. Continuando afirmou que não se podia questionar o ensino realizado pelas Casas de Cultura e nem a competência do Assessor de Legislação da UFC, Professor Viliberto Cavalcante Porto. A seguir o Professor René Barreira ressaltou a importância da aprovação desse anteprojeto que institucionaliza alguns procedimentos que já vêm sendo adotados ao longo da existência das Casas de Cultura, resolve as tensões

1º e 2º Graus nas Universidades. O Professor René Barreira discordou da sugestão do Departamento de Letras Estrangeiras de criar um órgão suplementar vinculado a Reitoria e Pró-Reitorias, pois o objetivo desses órgãos é de apoiar e estimular as ações desenvolvidas pelos Centros. Dados mais trinta minutos para discussão da matéria, inscreveram-se os Conselheiros Teoberto Landim, Débora Soares, Elza Franco Braga, Maria Elias Soares, Ana Maria do Rêgo Monteiro, José Ferreira de Moura e René Barreira. Inicialmente o Conselheiro Teoberto Landim elogiou a competência da relatora, Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia, que além de ouvir as pessoas sugeriu alterações; parabenizou a Conselheira Dulce Castelo por seu empenho à frente do problema. Concordou com o parecer da relatora e discordou da vinculação das Casas de Cultura à Reitoria; simpaticamente do desempenho das Casas de Cultura, salientou que os professores realizam um trabalho tão competente quanto os do 3º grau. A Conselheira Débora Soares esclareceu que o Departamento de Letras Estrangeiras não questionou a qualificação dos professores das Casas de Cultura e nem foi contra a pretensão deles; talvez devido o pouco tempo e a pouca prática, a comissão que emitiu o parecer não se fez entender bem; esclareceu que a objeção do grupo era contra alguns termos do documento e que de forma alguma existia guerra do Departamento com as Casas de Cultura, como deixaram transparecer alguns Conselheiros. Tomando a palavra a Conselheira Elza Franco Braga concordou que a autonomia e descentralização permitirão o crescimento dos professores, que além do ensino deverão também dedicar-se à pesquisa para que possam sempre melhorar seu desempenho. Pedindo novamente a palavra a Conselheira Dulce Castelo manifestou sua gratidão pelo testemunho dos Conselheiros com relação ao trabalho desenvolvido pelas Casas de Cultura e a certeza de que a Coordenadoria viabilizará um trabalho cada vez mais integrado não só com o Departamento de Letras Estrangeiras, mais com os demais departamentos do Centro de Humanidades. Ressaltou ainda a Conselheira Dulce Castelo que a vinculação à Pró-Reitoria de Extensão é indispensável pela natureza do trabalho desenvolvido pelas Casas de Cultura. Em seguida a Conselheira Débora Soares fez um convite à Conselheira Dulce Castelo para que comparecesse ao Departamento de Letras Estrangeiras a fim de esclarecer dúvidas e encerrar problemas, no sentido de se partir para o desenvolvimento de um trabalho acadêmico de fundamental importância para a área de Letras. Após os elogios à relatora do processo, a Conselheira Maria Elias Soares afirmou que não caberia votar o parecer do Departamento de Letras Estrangeiras, pois ele não apresentava uma proposta, emitia uma opinião; sendo assim, propôs que fosse colocada em votação a proposta da relatora e quanto a Resolução em discussão, a Conselheira Maria Elias Soares se pronunciou afirmando que não via nenhuma ilegalidade quanto a criação de um Departamento ou órgão similar, justificando com a leitura dos artigos

tações à estrutura universitária. Ponderou ainda, que o anteprojeto em apreciação não contemplava a representatividade, aspiração maior dos professores das Casas de Cultura. Quanto a alegação do parecer do Departamento de Letras Estrangeiras relacionado ao aproveitamento de estudos pelo Curso de Letras, a Conselheira Maria Elias Soares lembrou que este procedimento não se inviabilizaria com a criação da coordenação, bastando apenas que se revisse o parecer que disciplina o assunto. Apesar de todas as ressalvas, a Conselheira Maria Elias Soares afirmou que votaria pelo parecer da relatora. Em seguida a Conselheira Adelaide Gonçalves propôs encaminhamento para votação. Por sua vez a Conselheira Ana Maria do Rêgo Monteiro ressaltou a importância e a contribuição das Casas de Culturas no contexto universitário. O Conselheiro José Ferreira de Moura louvou o parecer da relatora, tendo apoiado o sério trabalho dos professores das Casas de Cultura e salientado o esforço e a dedicação da Conselheira Dulce Castelo no sentido de resolver a problemática da classe. O Professor René Barreira agradeceu a solicitação da Conselheira Débora Soares de retirar a matéria em discussão, da pauta da reunião anterior deste Conselho, objetivando mais tempo para a análise do anteprojeto. Colocado o anteprojeto em votação, todos os Conselheiros foram favoráveis ao documento por unanimidade, acatando o parecer da relatora. A Conselheira Débora Soares fez a seguinte declaração de voto: "Apesar de haver apresentado uma sugestão do Departamento de Letras Estrangeiras de transformação da Coordenação das Casas de Cultura em um órgão suplementar, voto a favor da Resolução por ter sido convencida pelo Presidente do Conselho, Professor René Barreira, Diretor do Centro de Humanidades da desvantagem da transformação sugerida".

SEGUNDA MATÉRIA: Homologação de Concurso.

A Conselheira Maria Gercileni Campos de Araújo relatou a matéria aprovada pelo Departamento de Psicologia em reunião do dia 31.08.93, referente ao resultado do concurso para preenchimento de 01(uma) vaga, para Professor Auxiliar, Setor de Estudo: Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, conforme Edital nº 37/93. Participaram do concurso 08(oito) candidatos, sendo que na classificação final Susana Kramer de Mesquita Oliveira foi aprovada com média ponderada 7,0 (sete), classificando-se em primeiro lugar. Diante do resultado, a candidata Susana Kramer de Mesquita Oliveira foi indicada para contratação. Posta em votação, a matéria foi aprovada por unanimidade.

TERCEIRA MATÉRIA: Projeto de Extensão.

A Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia relatou a matéria referente

Departamento de Letras Vernáculas. O projeto em questão terá como coordenadora a Professora Maria Elias Soares e como palestrante o Professor Doutor Robert Beaugrand, da Universidade de Viena-Áustria. Com início para 08.09.93 e término 10.09.93, o projeto terá uma carga horária de 06 horas e as palestras serão proferidas na Sala Interarte. A Conselheira Maria de Jesus de Sá Correia esclareceu que este projeto é um exemplo de integração entre as Universidades do Nordeste, pois o Professor Robert Beaugrand estava na Universidade Federal de Pernambuco ministrando palestras no Doutorado em Linguística vindo ao Ceará para três dias de conferências a convite da Conselheira Maria Elias Soares. O projeto em apreciação destina-se a alunos do Curso de Mestrado em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa, do Curso de Mestrado em Letras, professores do curso de Letras da UFC e da UECE, alunos do Mestrado em Letras da UECE. Objetiva: a) apresentar novas vertentes de aplicação das pesquisas sobre discurso; b) estender à comunidade universitária as atividades desenvolvidas pelo Mestrado em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa. Posta em votação, a matéria foi aprovada por unanimidade. Comunicações: A Conselheira Adelaide Gonçalves comunicou que o NUDOC promoverá o Seminário "Fortaleza: Vários Olhares" — segunda versão, com data prevista para 22 a 26 de novembro de 1993; como fase preparatória haverá no NUDOC, no dia 09.09.93 às 9 (nove) horas uma reunião para elaboração do programa do referido Seminário; na oportunidade convidou os Departamentos a comparecer à reunião, tendo ressaltado a importância da participação dos Departamentos de Literatura e Letras Vernáculas. A Conselheira Francisca Simão de Souza solicitou que se fizesse uma reflexão sobre a questão do Vestibular, pois vários cursos estão caminhando para a extinção, por conta do grande número de vagas ociosas. Na oportunidade o Conselheiro Teoberto Landim endossou a necessidade de se discutir o assunto em profundidade, dado o esvaziamento em que se encontram alguns cursos da Universidade. A Professora Sulamita Vieira chamou atenção para o fato do grande número de alunos que têm conseguido transferência para o Centro de Ciências da Saúde, oriundos de outras Universidades, sem demonstrarem o nível de conhecimento dos alunos de nossa cidade que deixam de ingressar na Universidade por conta do Vestibular. A Conselheira Francisca Simão de Souza lembrou que os professores da UNICAMP assumiram a coordenação do vestibular, e a equipe vem fazendo um trabalho sério de integração com a escola de 1º e 2º grau, contribuindo assim para a melhoria do ensino básico e evitando o esvaziamento da Universidade, afirmando que tal exemplo deveria ser seguido pela UFC. Prosseguindo, a Conselheira Francisca Simão de Souza admitiu que a Universidade deveria colocar-se contra o projeto da Secretaria de Educação que visa implantar a TVE até a 8ª série. Nada mais